

OVER|Pharma
life overall

RELATÓRIO & CONTAS 2013

1 MENSAGEM DA GERÊNCIA

2 RELATÓRIO DE GESTÃO

3 INFORMAÇÃO SOCIETÁRIA

4 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

5 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

—1

MENSAGEM DA GERÊNCIA

MENSAGEM DA GERÊNCIA

A nível de mercado, o ano de 2013 caracterizou-se fundamentalmente, pelo tremendo impacto que tiveram a consolidação de todas as medidas corretivas que o Ministério da Saúde vinha aplicando ao longo dos últimos 3 anos, tendo em vista obter uma redução significativa e generalizada dos custos no sector hospitalar.

As grandes alterações introduzidas na política de compras do sector público da saúde, o qual representa ainda cerca de 70% do volume do mercado, caracterizaram-se por uma maior agressividade e rigor nos processos de aquisição, levando inevitavelmente o mercado a fazer um ajuste de preços em baixa, o qual, se refletiu de uma forma significativa na quebra das margens de comercialização das empresas em geral. Podemos estimar que a quebra de preços média se deverá ter aproximado dos 18%.

A Overpharma, que já vinha há algum tempo a tomar medidas de gestão que lhe permitissem enfrentar este momento, foi naturalmente afetada nos seus proveitos financeiros, contudo, conseguiu manter o volume de vendas nos níveis do ano anterior.

Merece destaque que, a consolidação e o aprofundamento da utilização das ferramentas do sistema de gestão da qualidade, bem como o esforço e empenho da maioria dos colaboradores da empresa, representaram e contribuíram de forma significativa para os resultados obtidos, ainda que num clima de extrema adversidade que representou o ano de 2013.

2

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

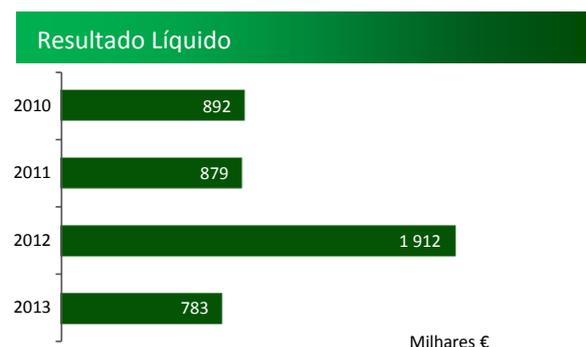
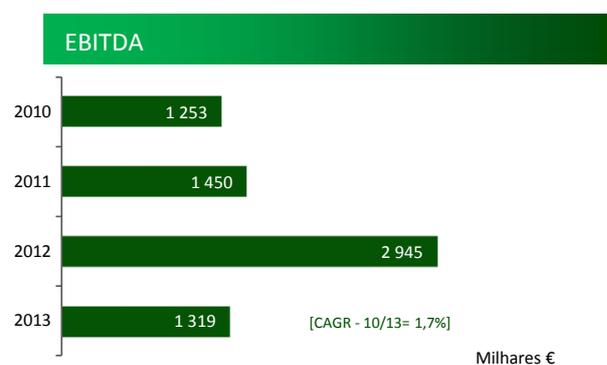
As presentes demonstrações financeiras relativas aos períodos de 2013 e 2012, referidas neste Relatório de Gestão, foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Dec. Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto.

Nota: Este relatório foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

DESTAQUES

- Proveitos Operacionais ascenderam a 12.327.864 euros, que corresponde a um decréscimo de 2,5%, comparativamente ao ano de 2012
- Decréscimo dos resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) de 55,2% para 1.318.905 euros
- Margem EBITDA de 10,7% em 2013, face a 23,29% em 2012, -12,59p.p.
- Resultados líquidos ascenderam a 783.346 euros, que corresponde a um decréscimo de 59%, comparativamente ao ano de 2012

valores em euros	2013	Marg.	2012	Marg.	Var. %
Proveitos Operacionais	12 327 864		12 647 510		-2,5%
EBITDA	1 318 905	10,70%	2 945 167	23,29%	-55,2%
EBIT	1 220 644	9,90%	2 845 452	22,50%	-57,1%
Resultados financeiros	(107 277)	-0,87%	(150 304)	-1,19%	-28,6%
Resultados antes de impostos	1 113 367	9,03%	2 695 148	21,31%	-58,7%
Resultado líquido do período	783 346	6,35%	1 911 818	15,12%	-59,0%
Nº Colaboradores	22		22		0



ATIVIDADE DA EMPRESA

Fundada em Novembro de 2001, a Overpharma - Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda. tem como principal objetivo ser um parceiro sério e de referência no contexto do fornecimento de produtos médicos e farmacêuticos a todas as instituições prestadoras de cuidados de saúde.

Focada em apresentar novas soluções, a Overpharma aposta constantemente na pesquisa de novos produtos que lhe permitem ter uma resposta adequada as exigentes necessidades do mercado.

A prioridade é sempre maximizar a satisfação dos clientes, através de uma política de fornecimento de produtos de alta qualidade e nas melhores condições. Este princípio é a base de evolução e crescimento da empresa, é nele que assenta o futuro.

Em 2009, de forma a consolidar a estratégia de crescimento, a Overpharma concretiza a incorporação da empresa Novamed - Equipamentos Médicos, S.A., permitindo-lho e em novos mercados, nomeadamente na produção e comercialização de equipamentos e dispositivos médicos e outros produtos e equipamentos nas áreas da saúde.

Em 2010, por razões estratégicas e por não ser de todo indicado para o momento, aprazamos o objetivo de nos tornarmos fabricantes de dispositivos médicos. O projeto de nos tornarmos banco de tecidos humanos foi também posto de parte de momento devido aos requisitos legais os quais apesar de estarmos a tentar cumprir integralmente se vão revendo difíceis de obter, devido a grandes exigências das autoridades reguladoras. O enfoque foi dado no aprofundar ao máximo a nossa implementação no mercado de produtos de Oftalmologia e Neurocirurgia, os quais revelam um grande potencial no curto e médio prazo. As outras áreas de negócio como medicamentos e dispositivos médicos de consumo mantiveram o seu crescimento esperado.

Em 2011, depois de uma longa preparação para o efeito, foi obtida a certificação com a norma NP EN ISO9001:2008. A certificação representou para a empresa o ter entrado num universo de exigência e credibilidade o qual lhe trará seguramente largos benefícios. Hoje em dia, são já muitos os parceiros comerciais quer sejam clientes ou fornecedores que preferem manter relações com empresas certificadas. No caso dos clientes e no pouco tempo que decorreu de ano pós obtenção da certificação, deu para ter a noção da diferença que faz nalguns aspetos administrativos mas sobre tudo, na pontuação que dão à empresa como fornecedor por ser certificada. Este foi de facto um pequeno feito (no muito que se fez em 2011) que fará muita diferença e será da maior importância para o futuro.

Em 2012, mereceu destaque o facto da empresa ter conseguido um crescimento significativo em vendas e em resultados operacionais.

Parte do sucesso comercial passou por termos entrado de uma forma mais consistente em dois segmentos de mercado:

- Na área farmacêutica, entrámos no competitivo mercado das soluções de grande volume, o que nos torna num dos fornecedores de referência destes produtos;
- Na área dos dispositivos médicos de implante, posicionámo-nos como um dos fornecedores mais qualificados para produtos da coluna vertebral, com soluções únicas para Cifoplastia e Escoliose.

Destacamos pela negativa o facto de termos perdido a distribuição de lentes intraoculares e assim, termos deixado de ser um parceiro de referência no mercado. Continuamos presentes na área de oftalmologia em produtos de consumo e somos significativamente importantes na terapêutica das doenças da córnea.

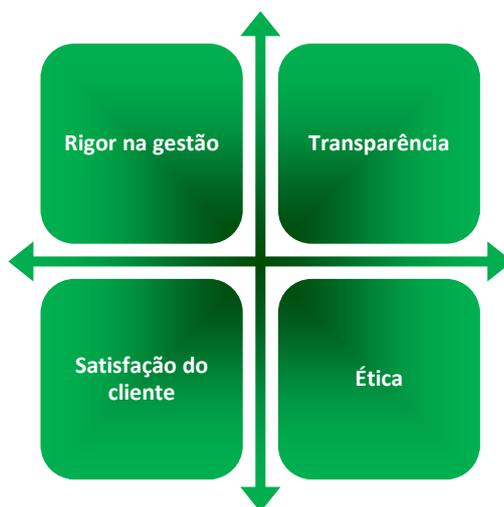
Em 2013, devemos destacar que foi o aprofundar dos métodos de gestão nas suas componentes financeira e de recursos humanos por um lado, e de uma melhor gestão interna de procedimentos por outro, que mais contribuíram para o significativo sucesso do aumento das vendas em unidades em cerca de 6%, (ainda que num clima de mercado bastante adverso), aumento esse, que apesar de tudo, não conseguiu evitar um decréscimo das vendas em valor de cerca de -2,5%.

A gerência gostaria de destacar que foi também o facto de se ter levado a cabo uma política de extrema transparência com os seus fornecedores ao nível da negociação dos preços praticados no mercado, que permitiu obter o aumento das vendas supra citado, ainda que com uma perda controlada dos resultados operacionais.

De extremamente positivo, destaca-se ainda o facto de este aumento de vendas em unidades, ter contribuído para melhorar o *market share* da empresa, em áreas importantes do seu mercado.

Life Overall (a vida em geral) não é simplesmente o *slogan* da Overpharma, é uma forma de estar, uma mensagem presente no dia-a-dia, um objetivo a cumprir por todos os que fazem parte da organização. É a nossa consciência de como estar no sector da saúde.

A gestão da Overpharma é orientada de acordo com a consolidação dos nossos principais valores:



Missão

A empresa assume como missão ser um parceiro de referência no fornecimento de produtos médicos e farmacêuticos a todas as instituições públicas e privadas do Serviço Nacional de Saúde, com especial foco nas necessidades do seu mercado e nos seus clientes.

Visão

Consolidar a nossa posição de referência no mercado, suportados cada vez mais em novas parcerias e na nossa forte cultura comercial, bem como, na materialização do nosso projeto estratégico e capacidade de resposta, fazem parte da nossa matriz de evolução para o futuro.

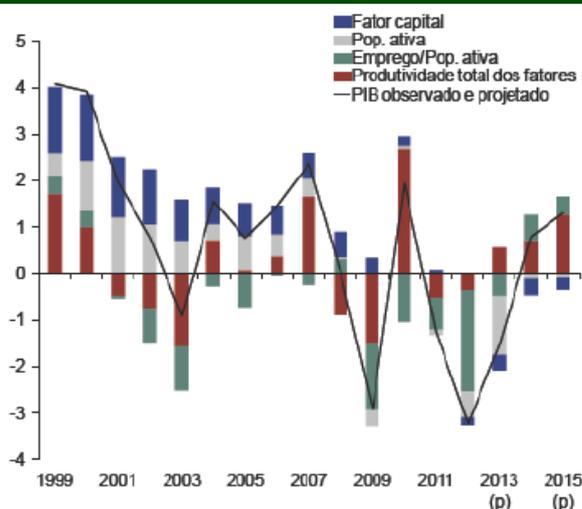
O enriquecimento do portfólio de produtos, orientado maioritariamente para a satisfação dos da saúde e vinculado às necessidades terapêuticas dos doentes, são parte integrante da estratégia comercial da empresa.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A atividade económica deverá contrair 1.5 por cento em 2013, implicando uma queda acumulada de cerca de 6 por cento no período 2011-2013. Em 2014 e 2015, a atividade económica deverá apresentar uma recuperação moderada, traduzida num crescimento do PIB de 0.8 por cento em 2014 e 1.3 por cento em 2015, refletindo a evolução prevista para o sector privado, dado que deverá continuar a observar-se uma contração da atividade no sector público, embora progressivamente menor.

Perspetiva-se uma recuperação progressiva da procura interna. No entanto, relativamente ao consumo público e ao consumo privado, a evolução continuará a ser condicionada pelo processo de consolidação orçamental e de desalavancagem do setor privado, e pela manutenção de condições desfavoráveis no mercado de trabalho.

CONTRIBUTOS PARA O CRESCIMENTO DO PIB (pontos percentuais)



O consumo privado deverá registar em 2014 uma recuperação menos evidente, considerando que a atual previsão aponta para uma diminuição da taxa de poupança, em contraste com o observado em 2012.

Para a área do euro as previsões apontam para uma recuperação da atividade para 1.1 por cento em 2014 e para 1.5 por cento em 2015, após uma queda de 0.4 por cento em 2013. A consolidação orçamental, bem como a correção de outros desequilíbrios internos em algumas economias, deverão continuar a condicionar o crescimento da procura e da atividade nas economias avançadas, nomeadamente na área do euro.

Relativamente às exportações, importa destacar o desempenho e o papel crítico no ajustamento da economia portuguesa, apesar do crescimento relativamente limitado da atividade económica mundial observado no período 2011-2013.

A evolução recente das exportações evidência um desempenho mais favorável do que o verificado na maioria das economias da área do euro. As previsões apontam para um crescimento das exportações de bens e serviços de 5.9 por cento em 2013, 5.5 por cento em 2014 e 5.4 por cento em 2015.

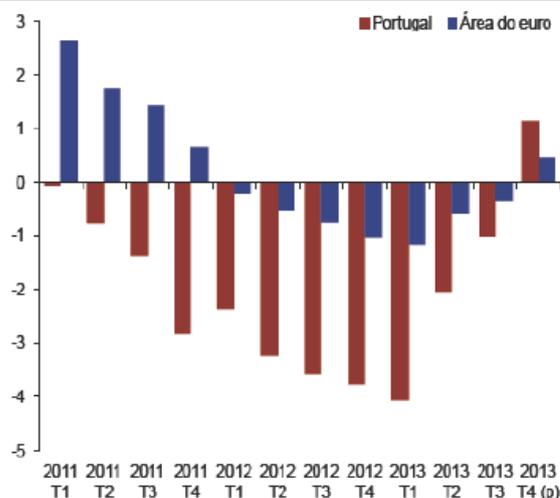
O dinamismo das exportações nos anos mais recentes tem-se traduzido em ganhos de quota de mercado significativos, que conduziram, em 2013, a uma quota de mercado das exportações portuguesas superior à existente no início da união monetária. Releva-se o aumento da capacidade instalada de refinação, com um impacto muito significativo nas exportações de bens energéticos, que poderão registar um crescimento de cerca de 40 por cento em 2013, que corresponde a um incremento de 1.4 p.p. para o crescimento das exportações.

Perspetiva-se então que as exportações mantenham um crescimento relevante, sustentado pela recuperação da procura externa, todavia num ritmo inferior ao observado no período anterior à crise financeira.

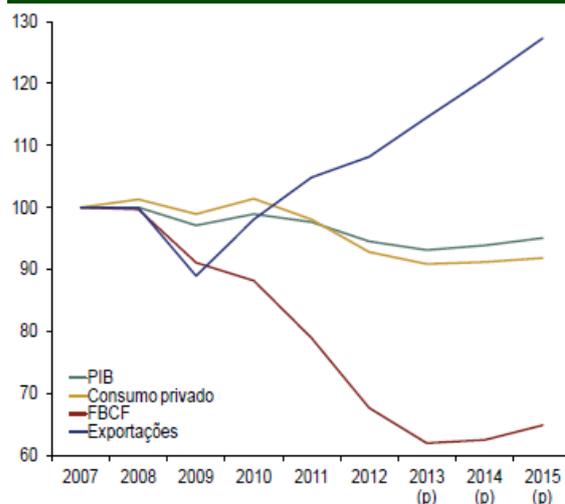
Não obstante a possibilidade de uma evolução menos favorável da procura, os riscos para a inflação em 2014 e 2015 consideram-se globalmente equilibrados.

O IHPC deverá apresentar um crescimento, com a taxa de variação média anual a aumentar de 0.5 por cento em 2013 para 0.8 por cento em 2014 e 1.2 por cento em 2015 (2.8 por cento em 2012). A redução da inflação em 2013 resultou, sobretudo, da dissipação do impacto de medidas de consolidação orçamental implementadas em 2012, nomeadamente o aumento da tributação indireta e dos preços de alguns bens e serviços sujeitos a regulação.

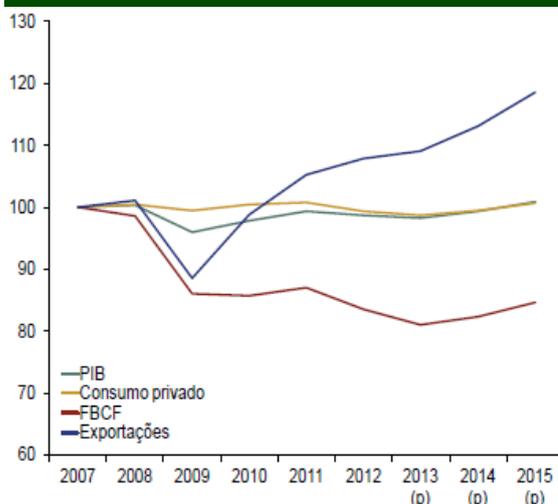
EVOLUÇÃO DO PIB | Taxa de Variação Homóloga (percentagem)



EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO PIB EM PORTUGAL (índice 2007=100)



EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO PIB NA ÁREA EURO (índice 2007=100)



No que diz respeito às condições de financiamento da economia, a evolução assumida para a taxa de juro de curto prazo pressupõe que esta taxa de juro aumente ligeiramente em 2014 e 2015, após os mínimos históricos registados em 2013. O progressivo aumento do recurso a financiamento de mercado deverá traduzir-se num aumento do custo do financiamento do Estado português em 2014 e 2015.

Em 2013, o emprego terá ajustado de forma positiva, embora a um ritmo menor do que no ano anterior (-2.9 por cento, face a -4.2 por cento em 2012), apresentando um crescimento de 0.5 por cento em 2014 e 2015. As previsões evidenciam uma queda acumulada do emprego de cerca de 8 por cento no período 2011-2015, com uma redução significativa do emprego público, mas também do setor privado.

O emprego no setor privado terá apresentado uma redução em 2013, seguida de uma recuperação moderada, aproximadamente em linha com a evolução projetada para a atividade.

A correção dos desequilíbrios acumulados nas últimas décadas deverá persistir ao longo dos anos seguintes. A reafectação de recursos a favor das empresas produtoras de bens e serviços transacionáveis continuará a refletir-se na estrutura das transições no mercado de trabalho, na orientação das decisões de investimento e na evolução dos fluxos de novos créditos concedidos pelo sistema financeiro.

As previsões sublinham a natureza predominantemente estrutural da correção do desequilíbrio das contas externas. Após um significativo ajustamento dos custos salariais observado no sector privado nos últimos anos, perspetiva-se uma evolução salarial consistente com o crescimento projetado para a produtividade.

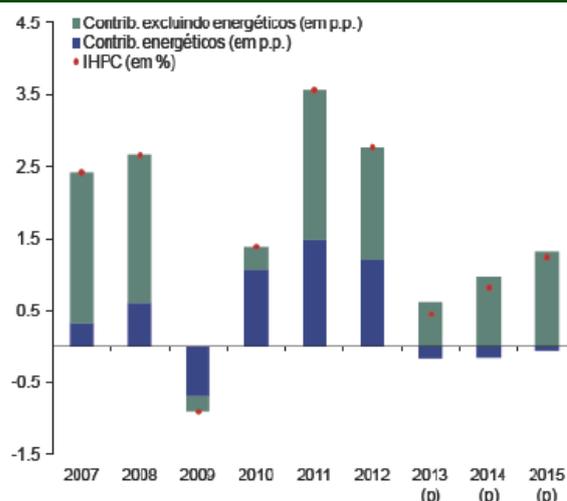
O processo de ajustamento deverá assumir uma natureza permanente, não só no que se refere à trajetória de consolidação orçamental de médio prazo mas também ao conjunto de reformas estruturais em curso. Importa sublinhar a importância do compromisso assumido pelas autoridades, no quadro do Pacto de Estabilidade e Crescimento, de alcançar um saldo orçamental estrutural de -0.5 por cento do PIB no médio prazo. O cumprimento deste objetivo é essencial para garantir uma trajetória sustentadamente descendente da dívida pública.

O regresso de Portugal a um financiamento estável de mercado no futuro próximo é um processo exigente e requer a prossecução estrita dos compromissos assumidos pelo país. Esta é uma condição indispensável para a firme credibilização do ajustamento económico no médio e longo prazo. Este ajustamento surge reforçado no atual quadro de aprofundamento da integração europeia, com destaque para o processo de criação de uma verdadeira união bancária e para a aplicação das novas regras orçamentais na União Europeia. A nível interno, é fundamental que se estabeleçam compromissos credíveis de horizonte alargado, de modo a aprofundar a coesão social e o consenso institucional em torno destes objetivos nacionais.

EXPORTAÇÕES E PROCURA EXTERNA (taxa de variação anual)



INFLAÇÃO (contributo para a taxa de variação anual do IHPC, em pontos percentuais)



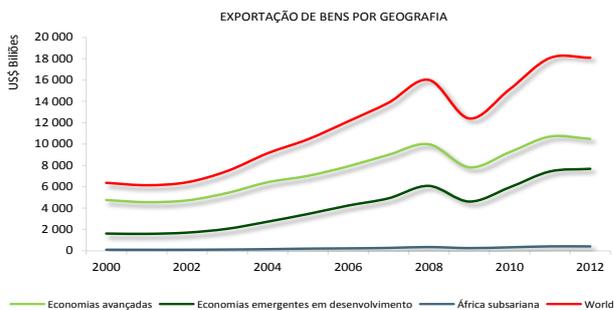
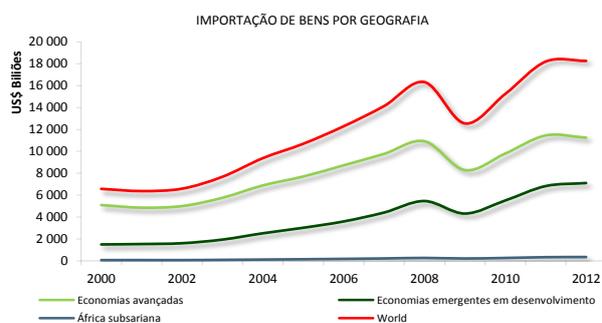
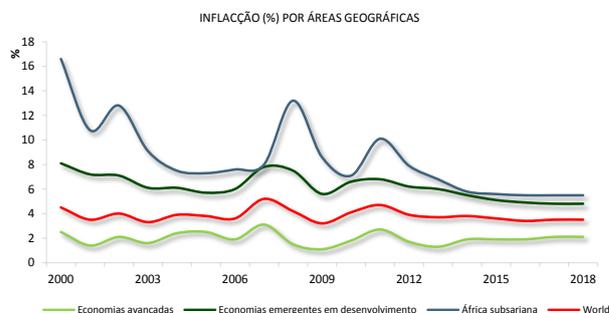
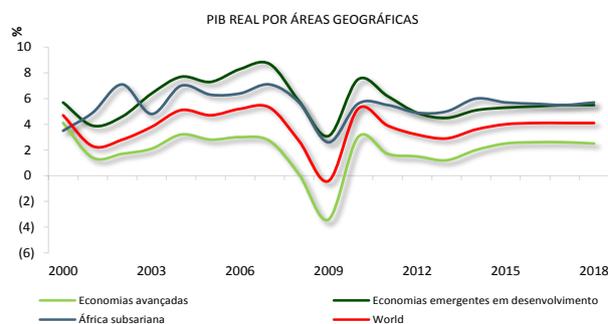
PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL: 2013-2015 | TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL, EM PORCENTAGEM

	Pesos	BE Inverno 2013			BE Outono 2013	BE Verão 2013	
		2012	2013(P)	2014(P)	2015(P)	2013(P)	2014(P)
Produto Interno Bruto	100.0	-1.5	0.8	1.3	-1.6	-2.0	0.3
Consumo Privado	65.7	-2.0	0.3	0.7	-2.2	-3.4	-1.4
Consumo Público	18.2	-1.5	-2.3	-0.5	-2.2	-2.1	-3.2
Formação Bruta de Capital Fixo	16.0	-8.4	1.0	3.7	-8.4	-8.9	1.1
Procura Interna	100.6	-2.7	0.1	0.9	-3.0	-4.4	-1.2
Exportações	38.7	5.9	5.5	5.4	5.8	4.7	5.5
Importações	39.3	2.7	3.9	4.5	2.0	-1.7	2.1
Contributo para o crescimento do PIB (em p.p.)							
Exportações Líquidas		1.1	0.7	0.4	1.4	2.4	1.4
Procura Interna		-2.7	0.1	0.9	-3.1	-4.4	-1.1
<i>da qual</i> : variação de Existências		0.2	0.2	0.0	0.1	-0.3	0.2
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		2.5	3.8	4.7	3.1	4.5	6.4
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		1.7	2.7	3.5	2.1	3.0	4.9
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		0.5	0.8	1.2	0.6	0.4	0.8

Fonte: Banco de Portugal

Nota: (p) - projectado. Para cada agregado apresenta-se a projecção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas, e baseia-se em informação disponível até meados de novembro de 2013.

INDICADORES ECONÓMICOS



Principais Indicadores	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013P	2014E
PIB, Δ % anual									
EUA	2.7%	2.1%	0.4%	-2.8%	2.5%	1.8%	2.8%	1.6%	2.6%
Zona Euro	3.0%	2.8%	0.5%	-4.5%	1.9%	1.6%	-0.7%	-0.4%	1.1%
Alemanha	3.2%	2.5%	1.0%	-5.1%	4.0%	3.3%	0.7%	0.5%	1.7%
Portugal	1.4%	1.9%	0.0%	-2.9%	1.9%	-1.3%	-3.2%	-1.5%	0.8%
Inflação, Δ % anual									
EUA	3.2%	3.2%	2.9%	-0.3%	1.6%	3.1%	2.1%	1.5%	1.9%
Zona Euro	2.2%	2.2%	2.1%	0.3%	1.6%	2.7%	2.5%	1.5%	1.5%
Alemanha	1.8%	1.8%	2.3%	0.2%	1.2%	2.5%	2.1%	1.7%	1.7%
Portugal	2.7%	2.7%	3.0%	-0.9%	1.4%	3.6%	2.8%	0.5%	0.8%
Taxa de Desemprego, Δ % anual									
EUA	4.6%	4.6%	4.6%	9.3%	9.6%	8.9%	8.1%	7.5%	6.9%
Zona Euro	8.3%	8.3%	7.5%	9.6%	10.1%	10.1%	11.4%	12.2%	12.2%
Alemanha	9.8%	9.8%	8.4%	7.8%	7.1%	5.9%	5.5%	5.4%	5.3%
Portugal	7.7%	7.7%	8.1%	10.6%	12.0%	12.9%	15.7%	16.3%	16.6%
Taxas de Juro, final do ano (%)									
Taxas de Juro									
- Fed (Fed Funds)	5.25%	5.25%	4.25%	0.75%	0.25%	0.25%	0.75%	0.25%	0.25%
- BCE	3.50%	3.50%	4.00%	2.50%	1.00%	1.00%	1.50%	0.75%	0.25%
- BoE	5.00%	5.00%	5.50%	2.00%	0.50%	0.50%	1.25%	0.50%	0.50%
Taxas de Câmbio, final do ano									
EUR/USD	1.32	1.32	1.46	1.40	1.43	1.35	1.40	1.33	1.34

Fonte: Banco de Portugal, FMI, Bloomberg, OCDE

ENQUADRAMENTO SETOR FARMACÊUTICO

A indústria farmacêutica é considerada como um sector estratégico para a economia, que permite criar emprego qualificado, contribui de forma relevante para o crescimento das exportações e permite captar investimento em investigação e desenvolvimento para Portugal.

Em Portugal, os preços dos medicamentos inovadores estão entre os mais baixos da Europa. Não há espaço, nem justificação para novas descidas de preços.

As principais farmacêuticas a atuar em Portugal estão disponíveis para um novo acordo com o Governo português no sentido de reduzir os gastos do Sistema Nacional de Saúde (SNS).

Importa destacar que o programa de ajustamento previa 1,7 mil milhões de euros de corte na saúde até 2014 e que até 2013 quase metade desse ajustamento foi feito na área do medicamento.

A execução do programa de ajustamento terá provocado uma quebra acumulada de mais de 550 milhões de euros nos últimos 3 anos, o que representa aproximadamente 23% do mercado em 2010.

Em 2011, Portugal já era um dos países com uma despesa pública em medicamentos *per capita* das mais baixas da Europa.

Apesar do medicamento não ser a principal despesa corrente do SNS (corresponde a 25%), a maioria das medidas de redução da despesa têm incidido neste sector, atingindo-se já um nível de esforço que coloca em causa a sustentabilidade das empresas.

Entre 2010 e 2012 registou-se um decréscimo de 8% no nível de emprego das empresas farmacêuticas, com risco de desaparecimento de muitos dos agentes económicos devido a situações de insolvência ou pela transferência das suas operações para fora do País.

A indústria farmacêutica é um dos sectores que mais contribui para o progresso em investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação a nível global. Na Europa, o investimento em I&D ascendeu aos 30 mil milhões de euros em 2012, resultando em 38 novos medicamentos aprovados, em áreas como oncologia, infeção VIH, diabetes e doenças raras.

A investigação de um medicamento é um processo longo, demorando entre 12 a 13 anos, com um custo estimado em 1,2 mil milhões de euros. A vertente mais visível e dispendiosa deste desenvolvimento é a investigação em humanos (os ensaios clínicos - EC),

pelo que a escolha dos locais onde se realizam é cada vez mais seletiva, privilegiando-se os países que oferecem melhores condições.

A taxa de ensaios clínicos por habitantes em Portugal está entre as mais baixas da Europa.

Medicamentos Genéricos

Em 2013, o mercado dos genéricos tinha uma quota de 27,9% em número de unidades vendidas em ambulatório e de 18,8% em valor, mais 11,9% e 8,6%, respetivamente, comparativamente a 2012.

Em 2013, o mercado dos genéricos (ambulatório) ascendeu a 468 milhões de euros, comparativamente aos 431 milhões de euros em 2012.

Em unidades, o mercado dos genéricos (ambulatório) ascendeu a 67 milhões, comparativamente aos 60,7 milhões em 2012.

A quota de mercado dos genéricos tem vindo a crescer ao longo dos últimos anos. É fundamental uma política de incentivo à utilização de medicamentos genéricos, porque estes são um dos pilares da sustentabilidade do SNS, onde aliás os genéricos já têm um peso de 38,9% (entre Janeiro e Outubro).

Sem um enquadramento regulamentar favorável à sustentabilidade deste mercado, não será possível dele esperar desenvolvimento e prosperidade.

Em dois anos, os medicamentos genéricos sofreram uma redução de preço de 59,7% pelo que não há margem para reduções adicionais no sector, pois as empresas já estão no limite da sua viabilidade financeira, e as sucessivas reduções de preços têm reduzido substancialmente a capacidade financeira das empresas que os comercializam.

Os medicamentos genéricos, são já parte da solução para a contenção e diminuição da despesa com medicamentos, contribuindo já decisivamente para a sustentabilidade e preservação do SNS”.

Em dezembro de 2013, o preço médio no mercado de genéricos em farmácias foi de 6,87€ apresentando um decréscimo de 64,6% comparativamente a dezembro de 2007 (19,38€).

Em média, um medicamento genérico custou no ano de 2013 menos 0,22€ do que em 2012 e menos 13€ do que no ano de 2007.

Genéricos (Mercado ambulatório, em farmácias)

Período	Vendas a PVP	Var. %	Quota de Mercado	Embalagens	Var. %	Quota de Mercado
2004	235 219 283	-	7,9%	11 319 825	-	4,8%
2005	392 653 403	66,9%	12,6%	19 230 981	69,9%	7,9%
2006	479 098 553	22,0%	15,2%	23 320 230	21,3%	9,7%
2007	586 702 495	22,5%	17,8%	29 501 605	26,5%	11,7%
2008	622 334 310	6,1%	18,6%	34 231 048	16,0%	13,6%
2009	591 038 408	-5,0%	17,8%	40 551 879	18,5%	15,9%
2010	617 503 644	4,5%	19,1%	44 980 048	10,9%	18,3%
2011	535 142 262	-13,3%	18,2%	51 294 411	14,0%	21,6%
2012	431 293 789	-19,4%	16,6%	60 754 977	18,4%	25,0%
2013	468 274 834	8,6%	18,8%	67 992 797	11,9%	27,9%

Unidade: Euros

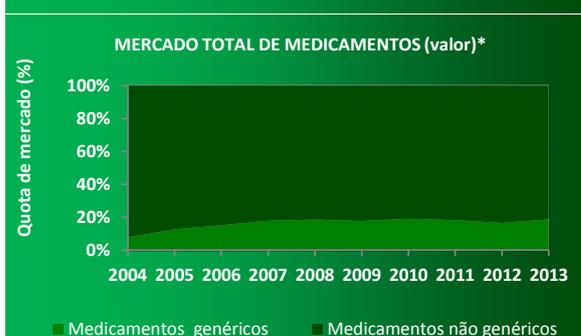
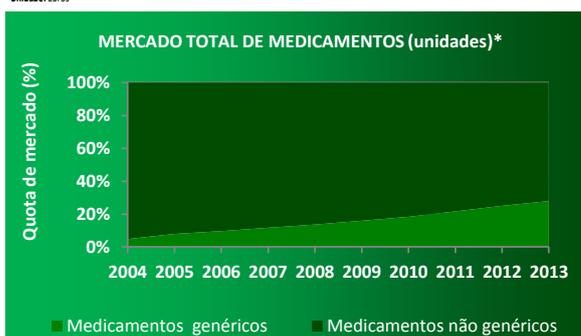
Fonte: IMS Health

Tabela: Mercado genéricos

Evolução de preços no mercado de genéricos em farmácias

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2007	20,38	19,28	19,86	20,40	20,76	20,32	20,15	19,39	19,82	19,40	19,47	19,38
2008	19,53	19,40	19,40	19,53	19,61	19,75	19,87	19,15	19,00	15,63	14,99	14,70
2009	14,47	14,62	14,70	14,43	14,64	14,78	14,77	13,34	14,54	14,51	14,49	14,59
2010	14,70	14,87	14,75	14,88	14,92	14,73	14,15	12,87	13,07	12,47	12,26	12,05
2011	11,58	11,48	11,23	11,18	11,03	10,75	10,44	10,03	9,67	9,75	9,41	8,79
2012	8,50	8,24	8,10	6,96	6,87	6,72	6,70	6,57	6,54	6,58	6,75	6,70
2013	6,71	6,83	6,80	6,93	6,97	6,93	7,01	6,91	6,88	6,92	6,88	6,87

Unidade: Euros



Fonte: IMS Health

(*) Mercado total de medicamentos em farmácias comunitárias, em Portugal Continental. Não inclui os medicamentos não sujeitos a receita médica comercializados fora das farmácias

O SETOR FARMACÊUTICO EM NUMEROS

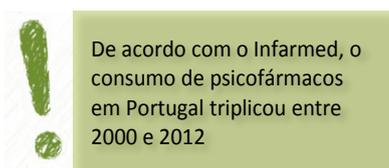


Em **2013**, mais de **1,8 mil milhões** de medicamentos vendidos

De acordo com a IMS Health, em 2013, as vendas de medicamentos a armazenistas em Portugal superaram os 1,8 mil milhões de euros.

O medicamento mais vendido em Portugal, em **valor**, foi o **Crestor** seguido do **Lyricea** e do **Janumet**.

Em **unidades**, o medicamento mais vendido foi o **Ben-U-Ron**, seguido do **Tromalyt** e do **Brufen**.



Vendas em farmácia **descem**

De acordo com o Informed, as vendas ao público e os valores em PVP, revelam que entre Janeiro e Novembro de 2013 as farmácias terão vendido **2,3 mil milhões de euros**, **menos 4,1%** que em período homólogo do ano anterior.



Em **2013** exportações do sector farmacêutico cresceram mais de **34 milhões de euros**

Alemanha, Angola, Reino Unido, França, Bélgica, Estados Unidos, Espanha, Suíça, Países Baixos e Dinamarca são os dez principais destinos das exportações de medicamentos preparados para venda em retalho (principal tipo de produto exportado e que representada **80,5%** em 2013.

O valor exportado de produtos farmacêuticos **aumentou** em 2013, ultrapassando os **718 milhões de euros**.

Dos principais produtos farmacêuticos exportados por Portugal importa relevar os comportamento positivo das vendas de **estojos de primeiros socorros**, as **vitaminas**, **antissorros**, **vacinas**, **material para odontologia**, **glândulas e substâncias animais ou humanos**, e **equipamentos para ostomia**.



O SETOR FARMACÊUTICO EM NUMEROS

Top 10 Farmacêuticas 2013



Farmácia

- 1 MERCK SHARP DOH/SP
- 2 NOVARTIS FARMA
- 3 BIAL
- 4 PFIZER
- 5 ASTRAZENECA
- 6 SERVIER
- 7 BAYER PORTUGAL
- 8 SANOFI
- 9 BOEHRINGER INGELH
- 10 GLAXOSMITHKLINE

Genéricos em Farmácia

- 1 GENERIS
- 2 RATIOPHARM
- 3 SANDOZ
- 4 MYLAN
- 5 TOLIFE
- 6 FARMOZ
- 7 PENTAFARMA
- 8 KRKA
- 9 TEVA PHARMA
- 10 ACTAVIS

Hospitais⁽¹⁾

- 1 ROCHE FARM. QUIMICA
- 2 GILEAD SCIENCES
- 3 PFIZER
- 4 MERCK SHARP DOH/SP
- 5 NOVARTIS FARMA
- 6 ABBVIE
- 7 JANSSEN/CILAG FAR.
- 8 OCTAPHARMA, LDA
- 9 BAYER PORTUGAL
- 10 BRISTOL-MYERS SQUI

Genéricos em Hospitais⁽¹⁾

- 1 FRESENIUS KABI
- 2 GENERIS
- 3 TEVA PHARMA
- 4 LABESFAL GENÉRICOS
- 5 HIKMA
- 6 BAXTER MED. FARM
- 7 ACTAVIS
- 8 DNA PHARMA
- 9 COMBINO PHARM PORT
- 10 LAB. BASI

⁽¹⁾ Janeiro a Novembro de 2013, IMS Health



Em 2013, houve **58 ações** de insolvência a empresas da **indústria farmacêutica**.

No **comércio por grosso**, houve **2** insolvências concretizadas, **6** pedidas pela empresa e **5** por terceiros (**13 ações** no total, face a **6** em 2012).

Na **fabricação de medicamentos**, houve uma recuperação, pois apenas **1** empresa declarou a sua insolvência, face a **3** em 2012 e **2** em 2011.

Foram constituídas **5** novas empresas da área da **fabricação de medicamentos**, **3** novas empresas de **outras preparações e artigos farmacêuticos**, **88** empresas de **comércio por grosso** e **173** de **comércio a retalho**.



Em 2013, foram constituídas **5** novas empresas na área da fabricação de medicamentos em Portugal.

Em 2013, abriram **173** novas farmácias e **44** estão com planos de insolvência.

**ANÁLISE ECONÓMICA**

valores em euros	2013	2012	Var. %
Proveitos Operacionais	12 327 864	12 647 510	-2,5%
Resultado Bruto	3 496 841	4 952 764	-29,4%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	1 318 905	2 945 167	-55,2%
Margem EBITDA	10,70%	23,29%	-12,59 pp
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	98 261	99 715	-1,5%
Resultado antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT)	1 220 644	2 845 452	-57,1%
Margem EBIT	9,90%	22,50%	-12,60 pp
Resultados financeiros	(107 277)	(150 304)	-28,6%
Resultados antes de impostos	1 113 367	2 695 148	-58,7%
Resultado líquido do período	783 346	1 911 818	-59,0%

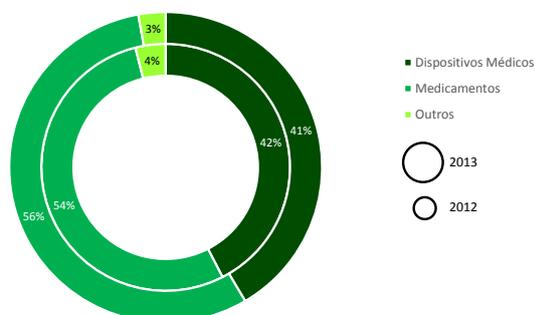
PROVEITOS OPERACIONAIS

Em 2013, os Proveitos Operacionais registaram um decréscimo de 2,5% para os 12.327.864 euros, comparativamente aos 12.647.510 euros registados no ano 2012.

volume de negócios	2013		2012		Var. %
	euros	Peso %	euros	Peso %	
Dispositivos Médicos	5 116 582	41,5%	5 365 185	42,4%	-4,63%
Medicamentos	6 863 826	55,7%	6 782 697	53,6%	1,20%
Outros	346 412	2,8%	495 721	3,9%	-30,12%
	12 326 819	100%	12 643 603	100%	-2,51%

Em termos de peso das áreas de negócio no volume de negócios em 2013, as áreas de Dispositivos Médicos e Medicamentos reforçaram a posição para 41,5% e 55,7% respetivamente, comparativamente a 2012.

Em 2013, a área de Dispositivos Médicos ascendeu a 5.116.582 euros, registando um decréscimo de 4,63%, relativamente ao ano de 2012. Por sua vez, a área de Medicamentos ascendeu a 6.863.826 euros, registando um crescimento de 1,20%, relativamente ao ano 2012.

**RESULTADOS**

Os resultados brutos decresceram 29,4%, para 3.496.841 euros relativamente aos 4.952.764 euros, registados no ano de 2012. A margem bruta ascendeu

a 28,4%, registando uma redução de 10,8p.p. comparativamente a 2012.

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) decresceram 55,2% para 1.318.905 euros evidenciando uma redução na margem de 12,59p.p. relativamente ao ano de 2012.

Os resultados antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT) decresceram 57,1% para 1.220.644 euros, evidenciando uma redução na margem de 12,6p.p. relativamente ao ano de 2012.

Os gastos com depreciações ascenderam a 98.261 euros, registando um decréscimo de 1,5% face ao ano de 2012.

valores em euros	2013	2012	Var. %
Juros e rendimentos similares suportados	(109 488)	(152 242)	-28,1%
Juros e rendimentos similares obtidos	2 211	1 937	14,1%
	(107 277)	(150 304)	-28,6%

Em 2013, os resultados financeiros registaram um movimento positivo de 43.027 euros para 107.277 euros negativos, relativamente ao ano 2012, que havia registado 150.304 euros negativos.

Este movimento está relacionado com o ajustamento positivo nos indexantes das operações financeiras contratadas e pelo facto destas terem encerrado no decorrer do período de 2013.

INVESTIMENTO

O investimento em 2013 foi concretizado de acordo com os pressupostos estabelecidos, tendo sido investidos 81.819 euros, o que equivale a um crescimento de 6,8% face a 2012.

O investimento em ativos fixos tangíveis resultou, de forma relevante, da aquisição de equipamentos de cirurgia, que ascenderam a 74.877 euros, comparativamente a 71.615 euros em 2012.

O investimento em ativos intangíveis resultou da aquisição de *software*, que ascendeu a 1.555 euros, comparativamente a 3.212 euros em 2012.

(valores expressos em euros)

Política de investimentos	2013	2012	Var. %
Investimentos			
Ativos fixos tangíveis	80 263	73 367	9,4%
Ativos intangíveis	1 555	3 212	-51,6%
Totais	81 819	76 580	6,8%

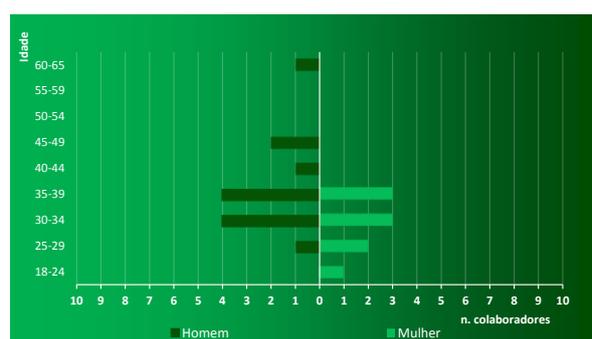
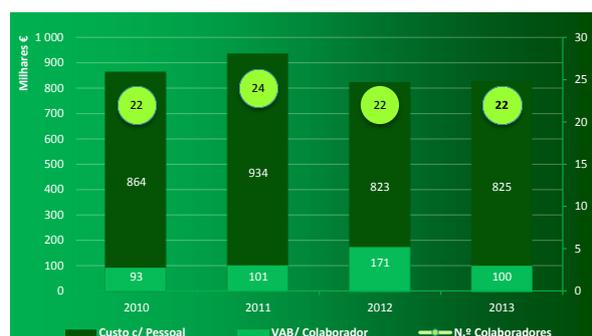
RECURSOS HUMANOS

Em 2013, o número de colaboradores manteve-se inalterado, terminando o ano com 22 colaboradores, tendo o valor de remunerações e encargos suportados (segurança social, seguros) neste período ascendido a 824.885 euros, o que se traduziu num crescimento de 0,2%, comparativamente ao ano 2012

(valores expressos em euros)

Recursos humanos	2013	2012
Número de trabalhadores no final do período	22	22
Número médio de trabalhadores ao longo do período	22	23
Idade média dos trabalhadores	36	36
Antiguidade média dos trabalhadores (anos)	4,7	4,1
Horas de formação totais	97,0	25,0
Média de horas de formação por trabalhador	4,41	1,14
Gastos com o pessoal	824 885	823 009
Gastos médios por trabalhador	37 495	37 410
VAB por trabalhador	99 816	170 966
Taxa geral de absentismo	0,60	0,96

Em 2013, registou-se um ajustamento negativo dos índices de desempenho e contribuição por colaborador, traduzidos pelo decréscimo de 41,6% do rácio VAB/Colaborador, comparativamente a 2012.



SITUAÇÃO FINANCEIRA

valores em euros	2013	2012	Var. %
Ativos Fixos	55 622	72 065	-22,8%
Outros ativos não correntes	10 032	7 034	42,6%
Inventários	4 210 685	4 842 329	-13,0%
Devedores correntes	8 251 340	7 735 506	6,7%
Disponibilidades e equivalentes	926 336	260 715	255,3%
Ativo Total	13 454 016	12 917 648	4,2%
Capital Próprio	8 744 633	7 961 286	9,8%
Outros passivos não correntes	20 000	20 277	-1,4%
Divida não correntes	-	13 333	-100,0%
Outros passivos correntes	4 689 383	4 172 752	12,4%
Divida correntes	-	750 000	-100,0%
Passivo Total	4 709 383	4 956 362	-5,0%

O ativo total a 31 de Dezembro de 2013 ascendeu a 13.454.016 euros, face a 12.917.648 euros em Dezembro de 2012.

Os capitais próprios aumentaram de 7.961.286 euros para 8.744.633 euros em 31 de Dezembro de 2013. O aumento dos capitais próprios deveu-se ao resultado líquido gerado no período de 2013, que ascendeu a 783.346 euros.

O rácio entre Capitais Próprios e Ativo (autonomia financeira) situou-se, no fim de 2013, nos 65%, face aos 61,6% em 2012. Apesar do crescimento de 4,2% do ativo total face a 2012, o desempenho operacional da empresa permitiu reforçar os capitais próprios em 9,8% e contribuir para o incremento da capacidade de solver as obrigações com recurso aos capitais próprios.

O passivo total a 31 de Dezembro de 2013 ascendeu a 4.709.383 euros, face a 4.956.362 euros em Dezembro de 2012.

Em 2013, as necessidades de fundo de maneo registaram uma redução relevante de 632.441 euros refletindo a alteração do ciclo de atividade da empresa, nomeadamente a redução da dívida a fornecedores, a redução da dívida de clientes e a redução do saldo de existências, comparativamente ao ano de 2012.

valores em euros	2013	2012	Var. %
Ativos não correntes	65 655	79 099	-17,0%
Passivos não correntes	20 000	33 610	-40,5%
Capitais próprios	8 744 633	7 961 286	9,8%
Fundo de maneo	8 698 978	7 915 797	9,9%
Necessidades cíclicas - Restantes ativos correntes	12 462 026	12 577 835	-0,9%
Recursos cíclicos - Restantes passivos correntes	4 689 383	4 172 752	12,4%
Necessidades de fundo de maneo	7 772 642	8 405 083	-7,5%
Caixa e equivalentes de caixa	926 336	260 715	255,3%
Divida financeira corrente	-	750 000	-100,0%
Tesouraria líquida	926 336	(489 285)	-289,3%

O prazo médio de recebimentos (PMR) calculado em 130 dias, face aos 160 dias calculado em 2012. O prazo médio de pagamentos (PMP) calculado em 76 dias, face aos 91 dias calculado em 2012. O prazo médio de Stocks (PMS) calculado em 174 dias, face aos 230 dias calculado em 2012.

valores em euros	2013	2012	Var. %
Dívida não corrente	0	13 333	-100,0%
Banco Português de Investimento - PME INVEST I	-	13 333	-100,0%
Dívida corrente	0	750 000	-100,0%
Banco Espírito Santo	-	750 000	-100,0%
Dívida total	0	763 333	-100,0%
(-) Disponibilidades e equivalentes	926 336	260 715	255,3%
Dívida Total Líquida	(926 336)	502 619	-284,3%

É importante relevar que, durante o período de 2013, venceram as operações financeiras contratadas, designadamente PME IVESTE I, pelo que a Overpharma não apresenta dívida no encerramento do período (não inclui *factoring*).

valores em euros	2013	2012	Var. %
Dívida Líquida	0	502 619	-100,0%
EBITDA	1 318 905	2 945 167	-55,2%
Dívida Líquida / EBITDA	0,00 x	0,17 x	-0,17 x

Dívida Líquida: dívida financeira (incl. leasing) + suprimentos - disponibilidades

O rácio da Dívida Financeira pelo valor EBITDA apresenta em 2013 o valor de 0,0x, face ao valor de 0,17x em 2012. O rácio calculado enquadra-se abaixo do limite máximo convencionado (< 4x), para efeito de análise de risco.

INDICADORES DESEMPENHO

	2013	2012	Var.
Económicos			
EBITDA	1 318 905	2 945 167	-55,2%
EBIT	1 220 644	2 845 452	-57,1%
EBITDA %	10,7%	23,3%	-12,6 pp
EBIT %	9,9%	22,5%	-12,6 pp
VAB	2 195 947	3 761 241	-41,6%
Rentabilidade			
Rentabilidade dos Capitais Próprios	9,0%	24,0%	-15,1 pp
Rentabilidade do Ativo	5,8%	14,8%	-9,0 pp
Rentabilidade Operacional das Vendas	9,9%	22,5%	-12,6 pp
Estrutura			
Autonomia Financeira	65,0%	61,6%	3,4 pp
Solvabilidade	1,86	1,61	0,25
Debt to Equity	0,00	0,10	-0,1
Leverage	0,0%	8,7%	-8,7 pp
Liquidez			
Liquidez Geral	2,9	2,6	0,2
Liquidez Reduzida	2,0	1,6	0,3
Liquidez Imediata	0,2	0,1	0,1
Atividade (dias)			
PMP	76	91	-15
PMR	130	160	-30
PMS	174	230	-56

PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

RISCO CAMBIAL

O risco taxa de câmbio representa a possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado de variações de taxas de câmbio entre diferentes divisas. A exposição ao risco de taxa de câmbio da empresa resulta da existência de operações de importação de origens em que a moeda local é diferente do Euro. Com objetivo de reduzir as flutuações cambiais e sempre que possível, a empresa faz repercutir essas variações nos preços de venda.

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro representa a possibilidade de existirem flutuações no montante dos encargos financeiros futuros em empréstimos contraídos devido à evolução do nível de taxas de juro de mercado. A Overpharma, no decurso da sua atividade recorre a financiamentos externos estando exposta ao risco de taxa de juro dado que grande parte da dívida financeira da empresa é indexada a taxas de juro de mercado.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez representa a capacidade da empresa fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em conta os recursos financeiros disponíveis. A empresa procura garantir que a estrutura e o nível de financiamento seja adequado à natureza das suas obrigações. Os empréstimos de médio e longo prazo são contratados geralmente por prazos de 3 a 5 anos.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Dando cumprimento ao Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro e Decreto n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Gerência da Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda. informa que não tem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social, respetivamente.

PERSPETIVAS

Área de Medicamentos:

Neste segmento consolidámos consideravelmente o *Market Share* em unidades (14,4%), ainda que o crescimento em valor apenas se tenha situado nos 1,2%, o qual se atribui à quebra significativa do preço de venda médio

Para 2014 prevemos um significativo crescimento nas unidades vendidas, por um lado devido ao aumento do portfólio de produtos, por outro, devido ao crescimento esperado do aumento de vendas nas soluções de grande volume.

No que diz respeito ao volume de vendas, estima-se igualmente um crescimento para 2014, ainda que sem acompanhar os números obtidos ao nível das unidades, uma vez que o preço de venda médio deverá continuar a cair.

A expectativa rondará os 32% de crescimento nas unidades vendidas e 3,5% ao nível do valor.

Área de Dispositivos Médicos:

DM de Especialidades

No segmento dos implantes, estão previstos crescimentos de vendas em termos absolutos de aproximadamente 14%.

- Na área de produtos de Neurocirurgia e coluna, o crescimento das vendas deverá rondar os 30%, ainda que se preveja uma quebra do preço de venda médio em cerca de 6%
- Na área de produtos de oftalmologia e afins, está previsto incorporar 2 novas representadas as quais, deverão proporcionar um aumento da faturação em cerca de 300 mil euros com margens de comercialização bastante confortáveis. Uma destas representadas, a AJL, irá tornar a Overpharma líder de mercado nos segmentos dos anéis da córnea e das válvulas de glaucoma.

Traumatologia e tratamento de Feridas

Este segmento, foi aquele em que mais se sentiu a reestruturação e em que se operaram as maiores alterações na política de vendas.

Durante o ano de 2013, a Overpharma focou os seus esforços na negociação com os seus fornecedores no sentido de adaptar os preços à realidade do mercado, dado que, todas as grandes multinacionais que operam neste mercado, optaram por uma baixa generalizada de preços.

Espera-se que todas as alterações operadas venham a ser um sucesso e que o resultado deste trabalho, venha a ser demonstrado num crescimento em unidades que rondará os 95%. O volume de vendas em valor absoluto, deverá manter-se todavia ao nível do ano de 2013. É ainda esperado um aumento do *Market Share* em segmentos importantes desta área, nomeadamente ao nível da terapia compressiva e das feridas

DM de Consumo

No segmento dos dispositivos médicos de consumo, esperamos para 2014 um crescimento das vendas em valor absoluto de cerca de 10%, sendo que ao nível das unidades, o crescimento esperado rondará os 48%.

A expectativa nesta área é que se obtenha um aumento do *Market Share* em unidades nos segmentos considerados estratégicos para a empresa, ainda que parte deste crescimento se dê à custa da redução do preço médio de venda.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Gerência propõe à Assembleia-Geral que o resultado líquido apurado nas demonstrações financeiras no montante de 783.346,38 euros, registado no período de 2013, seja aplicado da seguinte forma:

- Distribuição de resultados de 2013: 783.346,38 euros

Adicionalmente a Gerência propõe a distribuição de parte dos Resultados Transitados, nos seguintes termos:

- Distribuição de resultados transitados: 216.653,62 euros

AGRADECIMENTOS

A Gerência gostaria de agradecer ao Técnico Oficial de Contas e ao Revisor Oficial de Contas pelos imprescindíveis e relevantes conselhos e auxílio prestados no ano de 2013. A Gerência gostaria ainda de expressar a sua gratidão aos seus fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de negócios da empresa, pelo seu envolvimento contínuo e confiança demonstrada. Finalmente, a Gerência gostaria de expressar a sua gratidão aos Gerentes, pelo seu trabalho e valiosos conselhos, assim como a todos os colaboradores, pelo seu tempo e pela dedicação que demonstraram ao longo do ano.

Mortágua, 05 de março de 2014

A Gerência,

Joaquim António de Matos Chaves
(Gerente)

Eugénio Baptista Nunes
(Gerente)

Luis Pedro Gonçalves Simões
(Gerente)

Ω

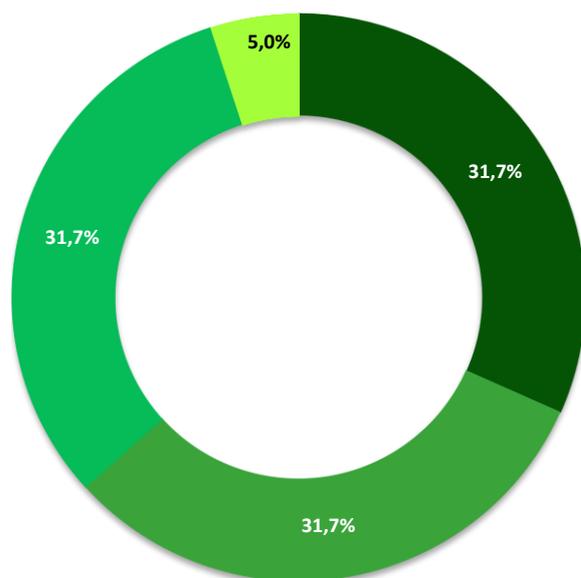
INFORMAÇÃO SOCIETÁRIA

ORGÃOS SOCIAIS

GERÊNCIA

Eugénio Baptista Nunes
Joaquim António de Matos Chaves
Luís Pedro Gonçalves Simões

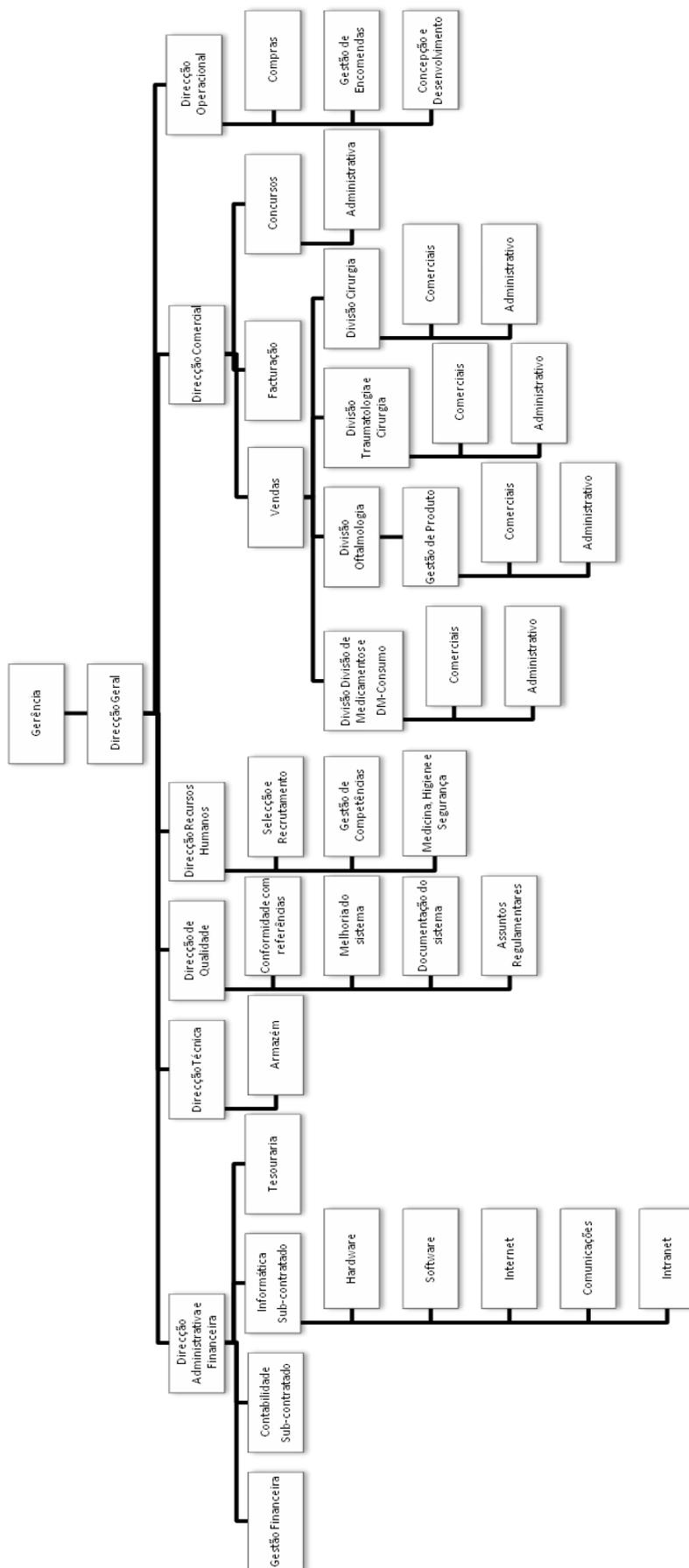
ESTRUTURA SOCIETÁRIA



Estrutura Societária

- Joaquim António de Matos Chaves
- Luis Pedro Gonçalves Simões
- Eugénio Baptista Nunes
- António Fernando dos Santos Constantino

ORGANOGRAMA



4

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	NOTAS	<i>(valores expressos em euros)</i>	
		Períodos	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	23	12 326 819	12 643 603
Subsídios à exploração	24	1 044	3 908
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	25	(8 829 979)	(7 690 839)
Fornecimentos e serviços externos	26	(1 150 671)	(1 040 103)
Gastos com pessoal	27	(824 885)	(823 009)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(53 201)	3 028
Outros rendimentos e ganhos	28	51 644	75 259
Outros gastos e perdas	29	(201 867)	(226 680)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 318 905	2 945 167
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	30	(98 261)	(99 715)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 220 644	2 845 452
Juros e rendimentos similares obtidos	31	2 211	1 937
Juros e gastos similares suportados	31	(109 488)	(152 242)
Resultado antes de impostos		1 113 367	2 695 148
Imposto sobre rendimento do período	32	(330 020)	(783 330)
Resultado líquido do período		783 346	1 911 818

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A GERÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

<i>(valores expressos em euros)</i>			
	Notas	Datas	
		31/12/2013	31/12/2012
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	31 365	41 792
Ativos intangíveis	7	24 257	30 273
Participações financeiras - Outros métodos	8	3 000	3 000
Outros ativos financeiros	9	10	-
Ativos por impostos diferidos	10	7 022	4 034
		65 655	79 099
Ativo corrente			
Inventários	11	4 210 685	4 842 329
Clientes	12	4 393 573	5 533 673
Estado e outros entes públicos	13	344 259	12 822
Outras contas a receber	14	3 457 725	2 173 787
Diferimentos	15	55 783	15 224
Caixa e depósitos bancários	4	926 336	260 715
		13 388 361	12 838 549
Total do ATIVO		13 454 016	12 917 648
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	16	250 000	250 000
Reservas legais	17	58 395	58 395
Resultados transitados	18	7 652 891	5 741 073
Resultado líquido do período		783 346	1 911 818
Total do Capital Próprio		8 744 633	7 961 286
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	19	20 000	20 000
Financiamentos obtidos	20	-	13 333
Passivos por impostos diferidos	10	-	277
		20 000	33 610
Passivo corrente			
Fornecedores	21	1 965 273	2 411 853
Estado e outros entes públicos	13	124 960	694 531
Financiamentos obtidos	20	-	750 000
Outras contas a pagar	22	2 599 151	1 065 323
Diferimentos	15	-	1 044
		4 689 383	4 922 752
Total do Passivo		4 709 383	4 956 362
Total do Capital Próprio e do Passivo		13 454 016	12 917 648

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A GERÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

		<i>(valores expressos em euros)</i>		
		NOTAS	Períodos	
			2013	2012
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>				
Recebimentos de clientes		12, 23	14 507 678	11 514 927
Pagamentos a fornecedores		21, 25, 26	(10 777 268)	(9 381 143)
Pagamentos ao pessoal		27	(827 311)	(849 777)
	Caixa gerada pelas operações		2 903 099	1 284 006
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		13	(1 285 649)	(349 956)
Outros recebimentos/pagamentos		14, 22	24 984	(620 510)
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1 642 434	313 540
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		6, 22	(104 687)	-
Ativos intangíveis		7, 22	(1 555)	(25 448)
Investimentos financeiros		9	(10)	-
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		6	50	24 120
Juros e rendimentos similares		31	2 211	1 937
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(103 992)	609
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>				
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		20	(763 333)	(203 333)
Juros e gastos similares		31	(109 478)	(151 739)
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(872 811)	(355 073)
Varição de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)		665 631	(40 924)
Efeito das diferenças de câmbio		31	(10)	
Caixa e seus equivalentes no início do período		4	260 715	301 639
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4	926 336	260 715

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A GERÊNCIA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
	NOTAS	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	1	250 000	58 395	4 897 751	879 054	6 085 200
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18	-	-	843 322	(879 054)	(35 732)
	2	-	-	843 322	(879 054)	(35 732)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				1 911 818	1 911 818
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				1 032 764	1 876 086
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
	5					
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012	6=1+2+3+5	250 000	58 395	5 741 073	1 911 818	7 961 286

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
	NOTAS	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	6	250 000	58 395	5 741 073	1 911 818	7 961 286
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18	-	-	1 911 818	(1 911 818)	-
	7	-	-	1 911 818	(1 911 818)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				783 346	783 346
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				(1 128 472)	783 346
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
	10					
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013	11=6+7+8+10	250 000	58 395	7 652 891	783 346	8 744 633

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A GERÊNCIA

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o período findo em 31 de Dezembro de 2013

(Valores expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, com sede no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, lote 10, 3450 – 232 Mortágua, com o NIPC 505792362, tem como objeto social o comércio por grosso, importação e exportação de produtos médicos e farmacêuticos.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial Contabilístico

Em 2013 as demonstrações financeiras da Overpharma – Produtos Médico e Farmacêuticos, Lda., foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Dec. Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto, Lei 66-B/2012 de 31 de Dezembro e pela Lei 83-C/2013 de 31 de Dezembro.

O SNC é regulado pelos seguintes instrumentos legais:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Aviso n.º 15654/2009, de 7 de Setembro (Norma contabilística e de relato financeiros para pequenas entidades);
- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas Interpretativas).

2.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com o normativo contabilístico vigente em Portugal – Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

2.3. Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

2.4. Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5. Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.8. Derrogação das disposições do SNC

No presente período não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes anuais, utilizando-se para o efeito as taxas máximas de depreciação constantes no decreto regulamentar n.º 2/90 de 12 de Janeiro, para os bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2009, e o decreto regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, para os bens adquiridos a partir de 01 de Janeiro de 2010.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

Os anos de vida útil dos ativos fixos tangíveis são os que a seguir se apresentam:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	8 -10
Equipamento básico	1 -4
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1 -10
Outros ativos fixos tangíveis	1 -10

3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.3. Participações financeiras em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos ao custo de aquisição e são sujeitos a testes de imparidade periódicos, sempre que existam indícios que determinada participação financeira possa estar em imparidade.

3.4. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal), de prejuízos fiscais dedutíveis e créditos fiscais não utilizados, mas suscetíveis de utilização futura, assim como de diferenças temporárias decorrentes dos ajustamentos de transição de referencial contabilístico POC para referencial SNC.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de

2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.5. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

3.6. Clientes e outros valores a receber

As dívidas de Clientes de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e outros instrumentos financeiros que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Os excedentes de tesouraria são aplicados em depósitos a prazo com maturidades até um ano. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.8. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.9. Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.10. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

3.11. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão

desse empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.12. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.13. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.14. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio

venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no Capital próprio e reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. FLUXOS DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes à data de 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 são os seguintes:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Caixa		
Caixa - Euros	109	103
	109	103
Depósitos à ordem		
Depósitos à ordem - Euros	926 002	260 377
Depósitos à ordem - Dólares	225	234
	926 227	260 612
Total de caixa e equivalentes de caixa	926 336	260 715

Observações complementares

- Os valores de caixa servem para liquidar despesas correntes;
- Os depósitos à ordem correspondem a depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS/ESTIMATIVAS E CORRECÇÕES DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas, nem foram detetados erros materialmente relevantes

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis da empresa encontram-se registados de acordo com as políticas contabilísticas descritas no ponto 3.1 do presente relatório.

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos períodos de 2013 e de 2012 foi o seguinte:



31 de Dezembro de 2012						
	Saldo em 01-Jan-12	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Alienações	Saldo em 31-Dez-12
Custo:						
Edifícios e outras construções	12 752	-	-	-	-	12 752
Equipamento básico	268 875	-	-	-	-	268 875
Equipamento de transporte	39 229	-	(18 657)	-	(20 573)	-
Equipamento administrativo	103 880	1 753	(11 652)	(22 235)	(3 103)	68 643
Outros ativos fixos tangíveis	372 389	71 615	-	-	-	444 003
	797 125	73 367	(30 308)	(22 235)	(23 676)	794 273
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	6 005	1 520	-	-	-	7 525
Equipamento básico	268 175	701	-	-	-	268 875
Equipamento de transporte	39 229	-	(18 657)	-	(20 573)	-
Equipamento administrativo	95 149	3 612	(9 841)	(22 235)	(3 103)	63 581
Outros ativos fixos tangíveis	332 464	80 036	-	-	-	412 500
	741 022	85 868	(28 498)	(22 235)	(23 676)	752 482

31 de Dezembro de 2013						
	Saldo em 01-Jan-13	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Alienações	Saldo em 31-Dez-13
Custo:						
Edifícios e outras construções	12 752	-	-	-	-	12 752
Equipamento básico	268 875	-	-	-	-	268 875
Equipamento administrativo	68 643	5 387	-	-	(1 337)	72 693
Outros ativos fixos tangíveis	444 003	74 877	-	-	-	518 880
	794 273	80 263	-	-	(1 337)	873 200
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	7 525	1 520	-	-	-	9 045
Equipamento básico	268 875	-	-	-	-	268 875
Equipamento administrativo	63 581	4 860	-	-	(1 337)	67 104
Outros ativos fixos tangíveis	412 500	84 310	-	-	-	496 810
	752 482	90 690	-	-	(1 337)	841 834

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2012						
	Saldo em 01-Jan-12	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-12
Custo						
Software	13 023	3 212	-	22 235	-	38 470
Propriedade industrial	124 522	-	-	23 328	-	147 850
Ativos intangíveis em curso	23 328	-	-	(23 328)	-	-
	160 873	3 212	-	22 235	-	186 320
Depreciações Acumuladas						
Software	6 316	7 553	-	22 235	-	36 104
Propriedade industrial	113 447	6 496	-	-	-	119 943
	119 763	14 049	-	22 235	-	156 047
31 de Dezembro de 2013						
	Saldo em 01-Jan-13	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-13
Custo						
Software	38 470	1 555	-	-	-	40 026
Propriedade industrial	147 850	-	-	-	-	147 850
	186 320	1 555	-	-	-	187 876
Depreciações Acumuladas						
Software	36 104	3 162	-	-	-	39 267
Propriedade industrial	119 943	4 409	-	-	-	124 352
	156 047	7 571	-	-	-	163 619

Os ativos intangíveis estão relacionados com aquisição do novo *software* de gestão e propriedade industrial.

8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As participações financeiras correspondem a ações de Sociedades de Garantia Mútua.

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Norgarante - Soc. Garantia Mútua, SA	2 000	-	2 000	-
Caixa de Crédito Agrícola Mútua da Bairrada e Agueira, C.R.L.	1 000	-	1 000	-
	3 000	-	3 000	-

9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, o movimento ocorrido em outros ativos financeiros, foi o seguinte:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fundo de compensação do trabalho	10	-	-	-
	10	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	10	-	-	-

10. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	31 de Dezembro de 2012					
	Constituição			Reversão		
	Saldo em 01-Jan-12	Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	Saldo em 31-Dez-12
Ativos por impostos diferidos						
Gastos a reconhecer	13 319	-	-	(9 285)	-	4 034
	13 319	-	-	(9 285)	-	4 034
Passivos por impostos diferidos						
Proveitos a reconhecer	-	277	-	-	-	277
	-	277	-	-	-	277
31 de Dezembro de 2013						
	Constituição			Reversão		
	Saldo em 01-Jan-13	Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	Saldo em 31-Dez-13
Ativos por impostos diferidos						
Gastos a reconhecer	4 034	2 988	-	-	-	7 022
	4 034	2 988	-	-	-	7 022
Passivos por impostos diferidos						
Proveitos a reconhecer	277	-	-	(277)	-	-
	277	-	-	(277)	-	-

11. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
Mercadorias	4 210 685	-	4 842 329	-
	4 210 685	-	4 842 329	-
Perdas por imparidades de inventários	-	-	-	-
	4 210 685	-	4 842 329	-

12. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Cientes				
Cientes conta corrente	-	2 163 945	-	2 794 366
Cientes factoring	-	2 229 628	-	2 739 307
Cientes de cobrança duvidosa	-	223 479	-	171 128
	-	4 617 052	-	5 704 800
Perdas por imparidade acumuladas	-	(223 479)	-	(171 128)
	-	4 393 573	-	5 533 673

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Cientes gerais	Grupo / relacionados	Cientes gerais	Grupo / relacionados
Cientes				
Cientes conta corrente	1 618 669	545 276	1 692 866	1 101 500
Cientes factoring	2 229 628	-	2 739 307	-
Cientes de cobrança duvidosa	223 479	-	171 128	-
	4 071 776	545 276	4 603 300	1 101 500

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de clientes”, foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31-Dez-13	31-Dez-12
Saldo a 1 de Janeiro	171 128	187 900
Aumento	62 973	17 445
Reversão	(9 771)	(20 473)
Regularizações	(851)	(13 744)
	223 479	171 128

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	344 259	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	12 822
	344 259	12 822
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	-	608 105
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	56 107	33 569
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	44 349	28 427
Segurança Social	24 494	24 430
Fundo de compensação do trabalho	11	-
	124 960	694 531

14. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Saldos devedores de fornecedores	-	92 301	-	-
Saldos devedores de fornecedores de investimentos	-	1 800	-	-
Adiantamentos por conta de vendas	-	7 687	-	-
Factoring	-	3 343 182	-	1 224 714
Outros credores	-	12 755	-	949 073
	-	3 457 725	-	2 173 787
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	3 457 725	-	2 173 787

15. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 os saldos da rubrica “Diferimentos” do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Diferimentos (Passivo)		
Gastos a reconhecer		
Seguros pagos antecipadamente	23 084	13 129
Outros gastos a reconhecer	32 699	2 095
	55 783	15 224
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer	-	1 044
	-	1 044

16. CAPITAL REALIZADO

Em 31 de Dezembro de 2013 o capital da Empresa, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

17. RESERVA LEGAL

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

18. RESULTADOS TRANSITADOS

Por decisão da Assembleia Geral, foi decidido que o resultado líquido do período de 2012, no montante de 1.911.818,00€, fosse transferido para a rubrica Resultados transitados.

19. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foi o seguinte:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Saldo a 1 de Janeiro	20 000	20 000
Reforço no período	-	-
Reduções no período	-	-
Utilizações	-	-
	20 000	20 000

20. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo	-	-	13 333	-
Contas caucionadas	-	-	-	750 000
	-	-	13 333	750 000

21. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:



	31-Dez-13	31-Dez-12
Fornecedores conta corrente	1 946 824	2 411 853
Fornecedores receção e conferência	18 448	-
	1 965 273	2 411 853

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	1 894 928	51 897	2 236 415	175 438
Fornecedores receção e conferência	18 448	-	-	-
	1 913 376	51 897	2 236 415	175 438

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Saldos credores de clientes	-	13 335	-	-
Remunerações a pagar	-	112	-	-
Fornecedores de investimentos	-	17 844	-	-
Credores por acréscimo de gastos				
Estimativa de remunerações a pagar	-	84 373	-	79 769
Outros credores por acréscimo de gastos	-	4 117	-	-
Factoring - Adiantamentos	-	2 478 759	-	-
Outras contas a pagar	-	612	-	985 555
	-	2 599 151	-	1 065 323

23. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

A repartição do valor das vendas e prestações de serviços nos períodos de 2013 e de 2012 foram como segue:

	31-Dez-13				31-Dez-12			
	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Mercado Externo	Total
	Vendas de mercadorias	12 261 585	65 234	-	12 326 819	12 638 087	5 516	-
	12 261 585	65 234	-	12 326 819	12 638 087	5 516	-	12 643 603

24. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos períodos de 2013 e de 2012 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31-Dez-13	31-Dez-12
IEFP	1 044	3 908
	1 044	3 908

25. CUSTO DAS VENDAS

O custo das vendas nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, é detalhado como segue:

	31-Dez-13			31-Dez-12		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Inventários iniciais	-	4 842 329	4 842 329	-	4 067 723	4 067 723
Compras	1 123	8 314 196	8 315 319	1 144	8 605 025	8 606 169
Regularizações	-	(116 984)	(116 984)	-	(140 724)	(140 724)
Inventários Finais	-	4 210 685	4 210 685	-	4 842 329	4 842 329
C. M. V. M. C	1 123	8 828 856	8 829 979	1 144	7 689 695	7 690 839

26. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foi a seguinte:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Trabalhos especializados	683 031	501 433
Publicidade e propaganda	1 842	3 206
Vigilância e segurança	-	68
Honorários	44 893	53 591
Conservação e reparação	26 289	33 234
Serviços bancários	12 404	9 963
Ferramentas e utensílios	2 516	3 555
Livros e documentação técnica	-	48
Material de escritório	3 155	4 216
Artigos para oferta	8 346	8 968
Electricidade	3 192	2 962
Combustíveis	40 616	45 613
Água	389	472
Deslocações e estadas	29 380	31 655
Transporte de mercadorias	61 687	94 681
Rendas e alugueres	108 879	119 590
Comunicação	11 091	12 954
Seguros	33 997	39 854
Contencioso e notariado	1 520	2 028
Despesas de representação	63 242	61 585
Limpeza, higiene e conforto	1 315	1 169
Outros serviços	12 887	9 256
	1 150 671	1 040 103

27. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foi a seguinte:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Remunerações dos órgãos sociais	134 973	118 400
Remunerações do pessoal	544 267	547 945
Indemnizações	989	9 356
Encargos sobre remunerações	137 332	135 349
Seguros	6 394	6 915
Outros gastos com pessoal	930	5 045
	824 885	823 009

O número médio de empregados em 2013 foi de 22 e em 2012 foi de 23.

28. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os outros rendimentos e ganhos, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foram como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	50	-
Rendimentos suplementares	546	1 928
Diferenças de câmbio favoráveis	32 535	33 400
Descontos de pronto pagamento obtidos	15 044	26 992
Rendim. e ganhos em inv. não financeiros	-	4 340
Outros rendimentos e ganhos	3 469	8 599
	51 644	75 259

29. OUTROS GASTOS E PERDAS

Os outros gastos e perdas, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foram como segue:



	31-Dez-13	31-Dez-12
Perdas em inventários	80 768	90 422
Impostos	23 987	25 644
Gastos e perdas em inv. não financeiros	-	1 811
Descontos de pronto pagamento concedidos	35 719	37 540
Outros gastos e perdas	61 392	71 263
	201 867	226 680

30. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Os gastos/reversões de depreciações e de amortização dos períodos de 2013 e de 2012 são os seguintes:

	31-Dez-13			31-Dez-12		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Ativos fixos tangíveis	90 690	-	90 690	85 868	-	85 868
Ativos intangíveis	7 571	-	7 571	13 847	-	13 847
	98 261	-	98 261	99 715	-	99 715

31. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros, nos períodos de 2013 e de 2012, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	964	85
Outros rendimentos similares	1 247	1 852
	2 211	1 937
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	109 303	151 708
Diferenças de câmbio desfavoráveis	185	502
Outros gastos e perdas de financiamento	-	31
	109 488	152 242
Resultados financeiros	(107 277)	(150 304)

32. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, é detalhado com segue:

	31/dez/13	31/dez/12
Imposto Corrente	333 285	773 768
Imposto Diferido	(3 265)	9 561
	330 020	783 330

No período de tributação de 2013, a Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, S.A., em resultado dos investimentos realizados, apurou um benefício fiscal do Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento CFEI, no montante de 4.890,51 euros, o qual foi integralmente deduzido à colecta do IRC, nos termos da legislação aplicável.

A empresa beneficiou ainda de uma majoração referente aos benefícios à criação de emprego previstos pelo artigo 19.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. A majoração aplicada foi de 13.580,00€ que se traduziu numa poupança de imposto de 3.553,89 euros.

33. DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

Transações	31-Dez-13	31-Dez-12
Vendas	1 343 440	1 361 408
Compras de mercadorias	3 748 281	2 912 260
Serviços adquiridos	584 212	299 618

Saldos	31-Dez-13	31-Dez-12
Contas a receber	627 488	1 101 500
Contas a pagar	51 897	179 803

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2013.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

35. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a sociedade não apresenta dívidas à Segurança Social e à Administração Fiscal em situação de mora.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2013, a Empresa não efetuou transações com quotas próprias, sendo nulo o n.º de quotas próprias detidas em 31 de Dezembro de 2013.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a qualquer valor a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A GERÊNCIA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Nuno Oliveira – SROC, Unipessoal, Lda.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
INSCRITA NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS SOB O N.º 218
NIPC 509 259 456

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Introdução

1. Examinei as demonstrações financeiras anexas de **Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda.**, as quais compreendem o Balanço em 31 Dezembro de 2013, que evidencia um total de balanço de **13.454.015,98 €** e um total de capital próprio de **8.744.632,55 €** incluindo um resultado líquido **783.346,38€**, as Demonstrações dos Resultados por natureza, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação;

Escritório: R. Ant.º Alves Martins, nº 14-3º Sala BD - 3500 Viseu Telef. 232 42 68 34 Fax 232 436 093 Telemóvel 91 723 87 84

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendi que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

Opinião

7. Em minha opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda.**, em 31 Dezembro de 2013, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Visu, 12 de Março de 2014

Nuno Oliveira - SROC, Unipessoal, Lda

Inscrita na lista da SROC sob o n.º 238

Contribuinte n.º 509 259 456

Tel. 232 426 834 • Fax 232 436 093 • Telem.: 917 238 784

R. António Alves Martins, 14 - 3.ª Sala BD - 3504-522 VISEU

Nuno Oliveira

Nuno Oliveira - SROC, Unipessoal, Lda, representada por:

António Nuno Mendes Marques de Oliveira - ROC n.º 906